



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR**

Processo nº: **3002884-48.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Lesão Corporal**  
 Documento de Origem: **TC, OF - 347/2013 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 1955/2013 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Autor do Fato: **LUIS DIAS MOREIRA e outro**  
 Vítima: **MARLY DE SOUSA ARAUJO**

Aos 13 de agosto de 2014, às 13:40h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autores do fato LUIS DIAS MOREIRA e ELISANGELA RAFAELA PEREIRA. Presente a Drª **Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento do autor Luis Dias, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Ausente a autora Elisangela. A seguir, tratando-se de ação penal pública condicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de R\$241,33 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e três centavos). **Pelo autor Luis Dias e defensor foi dito** que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de **R\$241,33 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e três centavos)**, . Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao autor do fato Luis Dias a pena prestação pecuniária no valor de **R\$241,33 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e três centavos)**, , mediante depósito judicial, nos termos da resolução do CNJ. Efetuado o depósito, expeça-se alvará de levantamento. A prestação deverá ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias”. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Com relação a autora do fato Elisangela Rafaela Pereira, redesigno a audiência para o dia **01 de outubro de 2014, às 13h40**. Intime-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Promotor(a):

Defensor Público:

Autor: